

Violação >>> Flona Amazonas foi criada para permitir exploração dos recursos florestais

Unidades de Conservação são uma ameaça contínua



Para índios, Flona Amazonas foi criada para 'excluir a ocupação tradicional yanomami sobre a terra indígena'

Dos 9,6 milhões de hectares do território yanomami no Brasil, 3,8 milhões de hectares estão localizados no Estado do Amazonas. Ocorre que 85% da área yanomami do Amazonas estão sobrepostas por unidades de conservação (UCs).

O Parque Nacional Pico da Neblina, criado em 1979, ocupa 12% da área total da terra indígena yanomami. As duas unidades que têm causado mais dor de cabeça aos indígenas, porém, são a Floresta Nacional Amazonas (federal), que ocupa 17% de sua área, e a Serra do Aracá (estadual), que ocupa 16%.

Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA) sobre a Flona Amazonas afirma "que a permanência de flonas em sobreposição a terras indígenas, além de violar direitos indígenas constitucionais, está na contramão da própria legislação que criou as florestas nacionais".

O estudo afirma que "a criação da Flona Amazonas não veio para respeitar e proteger o uso e conhecimento yanomami da floresta. E mesmo hoje, o seu vício legal de origem, ao excluir a posse permanente dos índios na área da flona e permitir que terceiros explorem comercialmente em benefício próprio essas florestas - mesmo que de maneira sustentável -, representa de fato uma ameaça que vem sendo contínua e regularmente repelida".

Em agosto passado, organizações indígenas, entre elas a Hutukara Associação Yanomami (HAY), pediram a revogação dos decretos que criam as unidades de conservação.

Para os indígenas, a Flona Amazonas foi criada para "excluir a ocupação tradicional yanomami sobre a terra indígena e permitir a exploração dos recursos florestais por terceiros", segundo documento assinado por Davi Yanomami e enviado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O mesmo entendimento é aplicado ao Parest Serra do Aracá, em documento enviado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

saiba mais

SDS fará reunião dia 9

Procurada para falar sobre a Serra do Aracá, a SDS se manifestou por meio de nota. No texto, diz que o assunto foi discutido no último dia 17 de outubro entre representantes da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc/SDS), para discutir a respeito da sobreposição das terras dos yanomami com a UC estadual Parest Serra do Aracá. Ficou acordado que no próximo dia 9 de novembro haverá uma reunião com um número maior de representantes de instituições envolvidas neste processo. Foram enviados convites para o ICMBio, ISA, Fundação Vitória Amazônia e Hutukara Associação Yanomami, entre outros.

No documento, a Hutukara afirma que o Parest Serra do Aracá foi criado sem estudos socioambien-

tais que detalhassem a sua realidade e justificassem seus limites.

"Essas unidades são outros problemas que a gente tem. O governo não poderia ter criado sem consultar os índios. Por que as unidades não podem ser criadas onde não tem índio? O branco fala que vai proteger, mas mais tarde, no futuro, quem garante que ela continuará protegida? Eles podem não usar agora, enquanto eu, você, estivermos vivos. Mas e depois? Como ficarão os índios que continuarão aqui?", indagou Davi.

Armando Góes Melo, que vive em área yanomami sobreposta pelo Parna Pico da Neblina, alega que as unidades de conservação restringem os direitos dos índios. Ele afirma, ainda, que o maior problema é "o conflito e a falta de autonomia" para se movimentar na área. "A gente percebeu que o ICMBio quer controlar a área e até o indígena. Eles (os funcionários do órgão) não falam assim diretamente, mas a gente sente. Eles falam que é preciso colocar 'ordem', que tem que ter normas, e isso cria conflito", afirmou Melo.

ICMBio pode revisar decreto

O coordenador-geral de gestão sociambiental do ICMBio, Fernando Brutto, afirmou que há 60 casos no Brasil semelhantes à Flona Amazonas e ao Parna Pico da Neblina. No caso do conflito com os índios yanomami, ele afirmou que o ICMBio está avaliando para definir a melhor estratégia. "O pleito com relação à Flona Amazonas foi recepcionado e tramita internamente no ICMBio", disse Brutto.

Ele explicou, também, que a proposta de revisão do decreto que criou a Flona Amazonas, precisa passar pelo Congresso Nacional. "Para resolver o conflito não descartamos nenhuma possibilidade. Mas a gente entende que com o atual contexto de mineração em terra indígena e outras ameaças seria melhor que pudéssemos

trabalhar juntos", disse Brutto.

Brutto aposta, contudo, na aplicação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGA-TI), assinada em julho passado pela presidente Dilma Rousseff. Ele chama a atenção para o eixo 3 do artigo 4, que no caso das áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas, prevê uma participação direta dos povos indígenas nos planos de administração das áreas de sobreposição, e assegura o respeito aos usos, costumes e tradições dos povos indígenas.

No caso do Parna Pico da Neblina, Brutto afirmou que existe uma demanda dos índios para desenvolver turismo na área, mas que a ausência de uma normatização da Funai para essa atividade impede que o projeto avance.

Dia a dia >>> Enquanto os homens caçam, mulheres fazem roçado e plantam

Tarefas divididas conforme o sexo

A aldeia Watoriki tem este nome em referência à montanha que margeia uma parte daquela área. Com, aproximadamente, 300 metros de altura, a montanha "serra do vento" forma um dos cenários mais bonitos da maloca. Para se chegar ao local há duas opções: de avião pequeno - duas horas de Manaus e uma hora de Boa Vista (RR) - ou de barco. Pelo rio é preciso ir até o Município de Caracará (RR), descer o rio Branco até Barcelos e ali pegar o rio Negro, subindo. De barco, a viagem dura cerca de dez dias. A Terra Indígena Yanomami é vegetação sem fim, floresta que não acaba mais, que enche a vista de quem está habituado a ver apenas desmatamento.

"Nunca imaginava que um dia eu viria visitar esta aldeia. Estou muito emocionado. Aqui a gente não fica doente. Dorme bem e acorda bem. É uma floresta única no mundo", disse Dorvalino Rfej, da etnia kaingang coroadado, do Rio Grande do Sul, que fez parte de um



Nos dias comuns, se alimentam da caça em grupos, sentados em banquinhos de madeira, e conversam muito

dança com os homens e mulheres indígenas, de preferência com os rostos pintados de urucum.

Os yanomami são um povo indígena de contato razoavelmente recente - pouco mais de 60 anos. A localização dificulta o acesso de não-indígenas - com exceção dos convidados, dos outros indígenas e, claro, dos invasores garimpeiros.

A presença de visitantes em Watoriki durante a assembleia alterou minimamente o cotidiano dos moradores da aldeia. Como havia visitantes não-indígenas, algumas cozinheiras foram contratadas para preparar as refeições. Por causa da urgência e da intensa programação dos debates, os indígenas também foram incorporados à organização culinária da assembleia, ficando em filas para pegar o prato com a comida.

A divisão de tarefas é de acordo com o sexo. Os homens desenvolvem caça individual (que dura menos tempo) e caça coletiva de animais como anta, macaco e aves. A tarefa das mulheres é trabalhar no roçado e cultivar as plantações. Elas também carregam pesadas cargas de toras pequenas de madeiras e mandiocas e são responsáveis por fazer beiju, uma das refeições comuns entre os yanomami.

destaque

Em Watoriki o banho é separado. Em um pequeno igarapé de água permanentemente fria as mulheres (inclusive as não-indígenas) lavam louça e tomam banho com as crianças. Os homens usam outro braço do igarapé, na parte mais baixa.

grupo de indígenas de outras regiões presentes em Watoriki durante a assembleia.

Watoriki tem sua população de 150 pessoas dividindo o mesmo espaço em uma maloca circular de, aproximadamente, 270 metros de circunferência. O centro é destinado às atividades cerimoniais, festas e danças, como ocorreu durante a assembleia. Cada grupo novo (indígenas de outras comunidades e de outros povos e visitantes não-indígenas) que chegava participava de um